

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO USP - FAEPA

CNPJ/MF Nº 57.722.118/0001-40

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022, E O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Table with multiple columns: Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - Em reais; Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - Em reais; Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - Em reais.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em reais)

1. Contexto operacional: A Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - FAEPA, ("Fundação") foi criada em 31/8/1988, por iniciativa de um grupo de pessoas físicas e jurídicas de direito privado atuantes na área da saúde...

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 por segmento operacional (Em reais)

Table with columns: FAEPA, HERP, MATER, HEAB, HES, HCB, Consolidado. Rows include Circulante, Não Circulante, Total do Ativo, Passivo, etc.

Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 por segmento operacional (Em reais)

Table with columns: FAEPA, HERP, MATER, HEAB, HES, HCB, Consolidado. Rows include Receitas Operacionais, Despesas Operacionais, Superávit (Déficit) antes do Resultado Financeiro, etc.

HCFMRP-USP. Com suporte neste Instrumento, no mesmo ano, a FAEPA passou a integrar o Convênio com o SUS. Ambos vêm sendo regularmente renovados a cada 5 anos. Dessa forma, dentre outras atividades, a Fundação processa e realiza o gerenciamento do faturamento dos serviços médicos prestados ao SUS e à Saúde Suplementar no âmbito do Hospital.



... → **continuação**

217.200.000,00, referente a recursos de custeio. O prazo de vigência do contrato é de 5 (cinco) anos, de 1/1/2023 a 31/12/2027, podendo ser denunciado ou renovado, após a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas e havendo concordância de ambas as partes. **III. Contrato de Gestão do Centro de Referência da Saúde da Mulher de Ribeirão Preto - MATER:** Em 28/2/2019, foi celebrado Contrato de Gestão entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual de Saúde e a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP - FAEPA, Processo nº 1891539/2018, tendo por objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Centro de Referência da Saúde da Mulher de Ribeirão Preto - MATER. Pela execução do Contrato, a Secretaria Estadual da Saúde repassará a FAEPA/MATER, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada de R\$ 154.980.000,00, referente a recursos de custeio. O prazo de vigência do Contrato é de 5 anos, de 1/3/2019 a 28/2/2024, podendo ser denunciado ou renovado, após a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas. **IV. Contrato de Gestão Hospital Estadual Américo Brasiliense - HEAB:** Em 20/7/2020, foi celebrado Contrato de Gestão entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual de Saúde e a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP - FAEPA, qualificada como Organização Social, Processo nº 1142913/2020, tendo por objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital Estadual Américo Brasiliense - HEAB. Pela execução do Contrato de Gestão, a Secretaria Estadual da Saúde repassará a FAEPA/HEAB, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada de R\$ 336.871.800,00, referente a recursos de custeio. O prazo de vigência do Contrato é de 5 anos, de 1/9/2020 a 31/7/2025, podendo ser denunciado ou renovado, após a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas e havendo concordância de ambas as partes. **V. Contrato de Gestão Hospital Estadual Serrana - HES:** Em 07/12/2018, foi celebrado Contrato de Gestão entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual de Saúde e a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP - FAEPA, Processo nº 001.0500.000.045/2018, tendo por objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde Hospital Estadual Serrana - HES. Pela execução do Contrato, a Secretaria Estadual da Saúde repassará a FAEPA/HE Serrana, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada de R\$ 281.370.267,60, referente a recursos de custeio. O prazo de vigência do Contrato é de 5 anos, de 1/12/2023 a 30/11/2028, podendo ser denunciado ou renovado, após a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas e havendo concordância de ambas as partes. **VI. Contrato de Gestão Hospital das Clínicas de Bauru - HCB:** Em 29/7/2022, foi celebrado Contrato de Gestão entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual de Saúde e a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP - FAEPA, Processo nº 2022/03560, tendo por objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde do Hospital das Clínicas de Bauru - HCB. Pela execução do Contrato, a Secretaria Estadual da Saúde repassará a FAEPA/HC Bauru, nos prazos e condições acordados, a importância global estimada de R\$ 309.663.986,75, referente a recursos de custeio. O prazo de vigência do Contrato é de 5 anos, de 1/8/2022 a 31/7/2027, podendo ser denunciado ou renovado, após a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas e havendo concordância de ambas as partes. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Fundação foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1409/2012 - ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros. A Administração avaliou a capacidade da Fundação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para a sua conclusão foi dada por esta em 25/3/2024. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma na respectiva nota explicativa. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração da Fundação faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As demonstrações financeiras da Fundação incluem, portanto, estimativas referentes às perdas de contas a receber, à vida útil dos bens do imobilizado, provisão para contingências, entre outras similares. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras: **a. Instrumentos financeiros:** A Fundação reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção das contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequentemente mensura ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. **a.1) Classificação:** A Fundação classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio adotado para gestão dos seus ativos financeiros, conforme CPC 48/ IFRS 9, mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado da seguinte forma: **(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. Nesta categoria a Fundação classifica as "Aplicações financeiras". **(ii) Custo amortizado:** Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Fundação é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, recebimentos e pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Fundação classifica, principalmente, "Equivalentes de caixa (exceto as aplicações)", "Contas a receber", "Contratos e Convênios públicos a receber", "Outros ativos", "Fornecedores", "Contratos e Convênios públicos a realizar", "Adiantamento de clientes/projetos" e "Outras obrigações". Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração

no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da fundação. **c. Contas a receber:** As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as perdas com créditos esperadas - PCE. Uma estimativa de perdas com créditos esperadas é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **d. Contratos e convênios públicos a receber:** Os contratos e convênios públicos a receber são registrados e mantidos pelo valor nominal dos contratos e convênios representativos desses créditos, referentes principalmente por direitos a receber de contratos e convênios públicos realizados com a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo e termos aditivos ao convênio SUS. **e. Estoques:** O estoque de material é avaliado pelo custo médio de aquisição, inferior ao valor de mercado. As aquisições de medicamentos e materiais repassadas para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP são contabilizadas diretamente em despesas de consumo. **f. Imobilizado. f.1) Reconhecimento e mensuração:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor líquido contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado. **f.2) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **f.3) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos e construções em andamento não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A depreciação é reconhecida no resultado. **g. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (Impairment):** O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (impairment), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. **h. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável. **i. Contratos e convênios públicos a realizar:** Os convênios são reconhecidos pelo valor nominal e enquanto não atendidos os requisitos para o reconhecimento no resultado, são registrados no ativo em contrapartida do passivo em conta específica de convênios/contratos públicos a realizar e são reconhecidos em confronto com as despesas correspondentes. **j. Imobilizado de terceiros vinculados:** Os bens do ativo imobilizado adquiridos com recursos dos Contratos de Gestão ou Convênios firmados com a Fundação ou repassados pela Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo através de Termo de Permissão de Uso, são reconhecidos como obrigação à longo prazo para com o Estado e registrados no passivo não circulante. O valor do saldo da rubrica equivale ao montante líquido do ativo imobilizado e registrado no ativo não circulante, relativos ao Contratos de Gestão ou Convênios. O saldo da rubrica é aumentado quando lançado a crédito em contrapartida a débito da rubrica Contratos e Convênios Públicos a Realizar, sempre que há nova aquisição, e reduzido quando lançado a débito em contrapartida a crédito de receita no resultado, na realização desses ativos, quando da baixa e depreciação. **k. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Fundação tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **l. Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com

6. Contratos e Convênios Públicos a Receber

	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Hospital Estadual de Ribeirão Preto - HERP (i)	45.533.808	136.601.424	182.135.232	43.440.000	173.760.000	217.200.000
Hospital Estadual Serrana - HES (i)	56.274.054	220.406.710	276.680.764	49.135.240	-	49.135.240
Hospital Estadual Américo Brasiliense - HEAB (i)	84.775.580	49.452.421	134.228.001	78.651.324	124.531.263	203.182.587
Centro de Referência da Saúde da Mulher de Ribeirão Preto - MATER (i)	5.912.121	-	5.912.121	33.841.560	5.640.260	39.481.820
Hospital das Clínicas de Bauru - HCB (i)	94.680.000	244.590.000	339.270.000	86.111.320	339.270.000	425.381.320
Contratos Públicos a Receber	287.175.563	651.050.555	938.226.118	291.179.444	643.201.523	934.380.967
Farmácia de Ribeirão Preto	1.344.000	-	1.344.000	1,344,000	112,000	1,456,000
Farmácia de Franca	1,291,404	-	1,291,404	1,291,404	107,617	1,399,021
CEDMAC	480,000	-	480,000	480,000	40,000	520,000
SEAVIDAS	511,704	-	511,704	511,704	42,642	554,346
Cardiologia	411,600	-	411,600	411,600	34,300	445,900
OMS	-	-	-	(163,777)	-	(163,777)
Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto - CTI	29.614.285	74.423.632	104.037.917	27.432.582	98.075.723	125.508.305
Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto Oncologia	58.095.485	154.035.154	212.130.639	50.196.494	200.062.460	250.258.954
SICONV 929523/2022	140,000	-	140,000	-	-	-
FINEP 01.23.0262.00	488,988	-	488,988	-	-	-
FINEP 01.23.0790.00	6,750,644	-	6,750,644	-	-	-
SICONV 952914/2023	11,568,583	-	11,568,583	-	-	-
SICONV 952916/2023	70,274,706	-	70,274,706	-	-	-
SICONV 953743/2023	6,963,626	-	6,963,626	-	-	-
SICONV 947199/2023	503,613	-	503,613	-	-	-
Convênios Públicos a Receber	188.438.638	228.458.786	416.897.424	81.504.007	298.474.742	379.978.749
Total	475.614.201	879.509.341	1.355.123.542	372.683.451	941.676.265	1.314.359.716

Os convênios/contratos públicos são registrados no ativo em contrapartida do passivo e são realizados, quando do seu recebimento. (i) Vide descrição do Contrato de gestão na nota explicativa nº 1.5

7. Estoques - (a) Composição:

Descrição	2023	2022
Hospital Estadual Américo Brasiliense HEAB	4.134.557	4.926.863
Hospital Estadual Serrana HES	1.762.016	1.777.861
Hospital Estadual de Ribeirão Preto HERP	1.585.524	1.729.040
Centro Ref. Saúde Mulher de Rib. Preto MATER	731.982	634.789
Hospital das Clínicas de Bauru HCB	4.964.811	1.410.095
Hospital das Clínicas - Convênio CTI e Oncologia	4.674.982	335.376
Total	17.853.872	10.814.024

8. Imposto a Compensar

Descrição	2023	2022
Impostos a compensar	280	103.439
Total	280	103.439

Imposto a Compensar referente a PIS sobre folha de pagamento nos anos de 2015 a 2020, devido a Fundação gozar da imunidade tributária prevista no artigo 150 da constituição de 1988, atendendo aos requisitos legais previstos nos artigos 9º e 14º do Código Tributário Nacional e nos artigos 55 da Lei 8.212/91, e suas alterações (Lei 9.732/98 e 12.101/2009, julgada pelo

11. Imobilizado - (a) Composição:

Descrição	Taxa anual	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	2023	2022
Benfeitorias	2%	29.913.448	(5.469.471)	24.443.977	25.042.246	25.042.246
Biblioteca	10%	490.741	(489.643)	1.098	2.870	2.870
Equipamentos de informática	20%	21.524.238	(14.184.334)	7.339.904	7.080.608	7.080.608
Máquinas e equipamentos	10%	56.312.679	(28.305.692)	28.006.987	27.505.375	27.505.375
Móveis e utensílios	10%	21.447.616	(8.982.386)	12.465.230	10.737.271	10.737.271

outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, quando for o caso, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **m. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário (valor justo). **n. Segregação entre circulante e não circulante:** As operações ativas e passivas com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social estão classificadas no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante. **o. Receitas e despesas:** As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e Assistências. As receitas de serviços são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evidência da existência de contrato; (b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável. **Receitas provenientes de contrato de gestão:** As receitas provenientes de contrato de gestão são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Todas as receitas são destinadas aos fins institucionais da Fundação e, portanto, são consideradas operacionais. **p. Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2023	2022
Caixa	5.660	5.660
Bancos	3.521.464	2.020.805
Aplicações financeiras	462.584.551	321.325.905
Aplicações em CDB/CDI	2.187	-
Poupança	456.936	247.666
Total	466.570.798	323.600.036

As aplicações financeiras com recursos oriundos dos convênios/contratos/projetos públicos que visam à operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital Estadual de Ribeirão Preto - HERP, Centro de Referência da Saúde da Mulher de Ribeirão Preto - MATER, Hospital Estadual Américo Brasiliense - HEAB, Hospital Estadual Serrana - HES e Hospital das Clínicas de Bauru - HCB e os oriundos dos termos aditivos do Sistema Único de Saúde - SUS, bem como dos projetos oriundos de incentivos fiscais, são resgatadas exclusivamente para atender o objeto de cada convênio/projeto firmado. As demais aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representadas substancialmente por aplicações em Recibo de Depósito Cooperativo - RDC, Certificado de Depósitos Bancários - CDB e fundos de aplicação referenciados pelo DI. As taxas de juros são as normais do mercado para a modalidade, considerando o valor e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Fundação.

5. Contas a Receber

(a) Composição:	2023			2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos do SUS	16.030.648	-	16.030.648	15.069.859	-	15.069.859
Convênios médicos	10.875.708	-	10.875.708	10.886.839	-	10.886.839
Pesquisa clínica	3.982.350	-	3.982.350	572.676	-	572.676
Glosas	5.016.177	-	5.016.177	3.194.285	-	3.194.285
Atendimento médico particular	1.145.372	-	1.145.372	845.286	-	845.286
Apoio laboratorial	39.694	-	39.694	366	-	366
CCRP a receber	71.300	-	71.300	91.110	-	91.110
Locações a receber	673.645	344.953	1.018.598	1.020.951	-	1.020.951
Outras contas a receber	62.889	-	62.889	-	-	-
	37.897.783	344.953	38.242.736	31.681.372	-	31.681.372
(-) PECLD	(3.441.473)	-	(3.441.473)	(1.868.350)	-	(1.868.350)
Total	34.456.310	344.953	34.801.263	29.813.022	-	29.813.022

(i) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as particularidades operacionais da Fundação, após criteriosa análise das contas a receber vencidas. A administração da Fundação entende ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

9. Adiantamentos

Descrição	2023	2022
Adiantamentos para despesas	25.000	29.253
Adiantamento para fornecedores nacionais	-	296.783
Adiantamento de férias	1.984.212	1.607.590
Adiantamento pensão judicial sobre férias	57	878
Total	2.009.269	1.934.504

10. Outros Ativos

Descrição	2023	2022
Cheques	355.354	226.173
Adiantamento CEDMAC (i)	474.315	290.195
Adiantamento farmácia RP (i)	2.154.514	1.202.948
Adiantamento farmácia Franca (i)	892.982	388.795
Outras contas a receber	-	(1.513)
Total	3.877.165	2.106.598

(i) Adiantamentos efetuados pela FAEPA registrado em contrapartida do passivo na conta Outras Obrigações (Nota 17).



... → **continuação**

b) Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

Descrição	SUS		Particulares e Conveniados		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Atendimentos / consultas	848.474	92,61%	67.751	7,39%	916.225	100,00
Internações	35.806	97,03%	1.097	2,97%	36.903	100,00
Cirurgias	22.650	93,01%	1.703	6,99%	24.353	100,00
Partos	1.331	92,30%	111	7,70%	1.442	100,00
Exames laboratoriais / especializados e procedimentos	3.987.036	97,41%	106.161	2,59%	4.093.197	100,00
Paciente dia	214.861	98,34%	3.634	1,66%	218.495	100,00

c) Hospital Estadual Américo Brasiliense

Descrição	Pactuado	Realizado	%
Atendimentos / Consultas	37.980	44.482	117,12%
Internações	2.304	2.598	112,76%
Cirurgias	8.400	9.276	110,43%
Consultas não médicas	32.220	32.611	101,21%
SADT (Externo)	14.640	14.791	101,03%
SADT (Interno)	-	18.971	-
Exames de Alta Suspeição	-	184	-
Paciente Dia	-	12.298	-

d) Centro de Referência da Saúde da Mulher de Ribeirão Preto - MATER

Descrição	Pactuado	Realizado	%
Atendimentos / consultas	12.600	13.977	110,93%
Internações	3.960	3.796	95,86%
Cirurgias	840	818	97,38%
Consulta de urgência	8.640	7.622	88,22%
Consultas não médicas	7.680	7.644	99,53%
SADT (Externo)	4.560	4.504	98,77%
SADT (Interno)	-	18.983	-

Descrição	Pactuado	Realizado	%
Consultas médicas por telemedicina	-	42	-
Consultas não médicas por telemedicina	-	2.112	-
Paciente dia	-	10.882	-

e) Hospital Estadual Américo Brasiliense

Descrição	Pactuado	Realizado	%
Atendimentos / consultas	4.560	4.333	95,02%
Internações	3.720	3.805	102,28%
Cirurgias	3.960	3.736	94,34%
Consulta de urgência	360	372	103,33%
Consultas não médicas	2.280	2.240	98,25%
Consultas médicas por telemedicina	-	261	-
Consultas não médicas por telemedicina	-	16	-
Projeto Especial "Corujão da Saúde - Cirurgias Eletivas"	-	125	-
Paciente Dia	-	20.510	-

f) AME Américo Brasiliense

Descrição	Pactuado	Realizado	%
Atendimentos / consultas	72.528	68.779	94,83%
Cirurgias	1.680	1.650	98,21%
Consultas não médicas	12.000	13.336	111,13%
SADT (Externo)	19.968	19.058	95,44%
Consultas médicas por telemedicina	-	1	-

g) Hospital Estadual Serrana

Descrição	Pactuado	Realizado	%
Atendimentos / consultas	6.732	13.449	199,78%
Internações	2.144	2.688	125,37%
Cirurgias	844	802	95,02%
Consulta de urgência	250	493	197,20%
Consultas não médicas	1.480	2.530	170,95%
SADT (Externo)	5.452	6.652	122,01%
SADT (Interno)	-	131.104	-
Exames de alta suspeição	-	84	-
Paciente dia	-	19.758	-

h) Hospital das Clínicas de Bauri

Descrição	Pactuado	Realizado	%
Atendimentos / consultas	41.500	20.914	50,40%
Internações	4.501	4.289	95,29%
Cirurgias	1.445	2.658	183,94%
Consulta de urgência	165	142	86,06%
Consultas não médicas	44.130	52.558	119,10%
SADT (Externo)	7.971	2.234	28,03%
SADT (Interno)	-	21.597	-
Consulta não médica por telemedicina	-	352	-
Paciente dia	-	24.786	-

31. Iseções Usufruídas: Em atendimento ao Artigo 30º, Inciso III, item (c) da Portaria nº 1.970, de 16/08/2011 do Ministério da Saúde, são demonstradas a seguir, os valores relativos aos benefícios fiscais usufruídos durante os exercícios de 2023 e de 2022:

Descrição	2023	2022
INSS sobre folha de pagamento	83.604.472	65.487.851
PIS sobre folha de pagamento	3.139.566	2.461.634
Sefip / Gfip sobre folha de pagamento	423.117	1.514.567
INSS sobre serviços de autônomos	729.208	954.436
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	5.558.459	1.906.336
Total	93.454.822	72.324.824

32. Seguros: A Administração da Fundação adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **33. Eventos Subsequentes:** A Fundação não apresentou eventos subsequentes significativos a serem divulgados em notas explicativas.

Professor Dr. Valdair Francisco Muglia - Diretor Executivo
Professor Dr. Sonir Roberto Rauber Antonini - Diretor Científico
Luciana Regina da Silva Silveira
Assessora Contábil - CRC SP-297836/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - Faepa**. Ribeirão Preto-SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - Faepa** (Fundação), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - Faepa** em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos. Auditoria do Período anterior:** O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2022, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor inde-

pendente, que emitiu o relatório de auditoria datado de 10/03/2023, com opinião sem modificação. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto (SP), 25/3/2024. **CND CONAUD - Auditores Independentes S.S. - CRC 2SP02231/O-8**
Luiz Cláudio Gaona Granados - Contador - CRC 1SP118.402/O-3

O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, foram apreciados pelo Conselho Consultivo em sua 46ª reunião ordinária, realizada em 27/3/2024 e aprovados pelo Conselho de Curadores e de Administração da Faepa em sua 159ª reunião ordinária realizadas em 28/3/2024.

COOPERATIVA DE TRANSPORTES DE CARGAS QUÍMICAS E CORROSIVAS DE MAUA

CNPJ nº 71.895.023/0001-50, NIRE nº 35400023562

REGULAMENTO INTERNO - ARMAZÉM GERAL

A sociedade empresária, COOPERATIVA DE TRANSPORTES DE CARGAS QUÍMICAS E CORROSIVAS DE MAUÁ - COOPERTRANS (matriz), registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE nº 35400023562, inscrita no CNPJ nº 71.895.023/0001-50, localizada no endereço RUA RUZZI nº 763, bairro SERTÃOZINHO, município de MAUÁ, São Paulo, cep: 09370-850 representado pela procuradora Gisele Arthur de Carvalho, nacionalidade brasileira, CPF: ***.***.728-05, RG/RNE: **.*.602-1 SP, residente a Rua Dona Vitória Speers, 33, Bairro Vila Formosa – São Paulo – SP CEP: 03359-000. Artigo 1º - Serão recebidas em depósito mercadorias diversas, que não possuem natureza agropecuária. Parágrafo Único: Serviços acessórios serão executados desde que possíveis e desde que não sejam contrários as disposições legais. Artigo 2º - À critério da direção, as mercadorias poderão ser recusadas nos seguintes casos: I – Quando não houver espaço suficiente para seu armazenamento; e II – Se, em virtude das condições em que elas se acharem, puderem danificar as mercadorias já depositadas; Artigo 3º - A responsabilidade pelas mercadorias em depósito cessará nos casos de alterações de qualidade provenientes da natureza ou do acondicionamento daquelas, bem como por força maior; Artigo 4º - Os depósitos de mercadorias deverão ser feitos por ordem do depositante, do seu procurador ou do seu preposto e será dirigida à empresa, que emitirá um documento especial (denominado Recibo de Depósito), contendo quantidade, especificação, classificação, marca, peso e acondicionamento das mercadorias; Artigo 5º - As indenizações prescreverão em três meses, contados da data em que as mercadorias foram ou deveriam ser entregues, e serão calculadas pelo preço das mercadorias em bom estado; Artigo 6º - O inadimplemento de pagamento de armazenagem acarretará vencimento antecipado do prazo de depósito, com a adoção do procedimento previsto no artigo 10 e parágrafos do Decreto nº 1.102/1903; Condições Gerais: Os seguros e as emissões de warrants serão regidos pelas disposições do Decreto nº 1.102/1903 e da Instrução Normativa nº 52/2022 do DREI. O pessoal auxiliar e suas obrigações, bem como o horário de funcionamento dos armazéns e também os casos omissos serão regidos pelos usos e costumes da praxe comercial, desde que não contrários à legislação vigente. São Paulo, 14 de março de 2024. COOPERATIVA DE TRANSPORTES DE CARGAS QUÍMICAS E CORROSIVAS DE MAUÁ - COOPERTRANS (matriz), Sílvia Luís Pinhalves Botaro (Diretor Presidente), CPF: ***.***.888-22, RG: **.*.***26-9 /SSP-SP

COOPERATIVA DE TRANSPORTES DE CARGAS QUÍMICAS E CORROSIVAS DE MAUA

CNPJ nº 71.895.023/0001-50, NIRE nº 35400023562

MEMORIAL DESCRITIVO/DECLARAÇÕES ART. 1º, ITENS 1º A 4º DO DECRETO Nº 1.102/1903 - ARMAZÉM GERAL

QUALIFICAÇÃO: A sociedade empresária, COOPERATIVA DE TRANSPORTES DE CARGAS QUÍMICAS E CORROSIVAS DE MAUÁ - COOPERTRANS (matriz), registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE nº 35400023562, inscrita no CNPJ nº 71.895.023/0001-50, localizada no endereço RUA RUZZI nº 763, bairro SERTÃOZINHO, município de MAUÁ, São Paulo, cep: 09370-850, representado pela procuradora Gisele Arthur de Carvalho, nacionalidade brasileira, CPF: 195.269.728-05, RG/RNE: 27.482.602-1 SP, residente a Rua Dona Vitória Speers, 33, Bairro Vila Formosa – São Paulo – SP cep: 03359000. CAPITAL: R\$ 5.067.927,15; CAPACIDADE: A área total do galpão 4.961,21 m2 e a área armazenagem 68,93 m2 (metro quadrado), contendo 02 tanques de 100.000 L cada, e 100 m3 cada. Totalizando 200.000 L de capacidade e 200 m3 de capacidade. COMODIDADE: A unidade armazenadora apresenta condições satisfatórias no que se refere à estabilidade estrutural e funcional, com condições de uso imediato. SEGURANÇA: de acordo com as normas técnicas do armazém, consoante a quantidade e a natureza das mercadorias, bem como com os serviços propostos no regulamento interno e aprovados pelo profissional no laudo técnico. NATUREZA E DISCRIMINAÇÃO DAS MERCADORIAS: Materiais nacionais e importados já nacionalizados. Não necessitando de controles especiais tais como produtos perigosos. Não serão recebidos em depósito produtos de natureza agropecuária. **DESCRIÇÃO MINUCIOSA DOS EQUIPAMENTOS DO ARMAZÉM CONFORME O TIPO DE ARMAZENAMENTO:** - 02 tanques TNK-0677-22-DE-01-R00 (instalação vertical ou horizontal) – Tecnotank. - 02 bombas centrifugas independentes, cada uma de 10cv. OPERAÇÕES E SERVIÇOS A QUE SE PROPÕE: Serviços de Armazém em Geral, emissão de Warrant. São Paulo, 14 de março de 2024. COOPERATIVA DE TRANSPORTES DE CARGAS QUÍMICAS E CORROSIVAS DE MAUÁ - COOPERTRANS (matriz), Sílvia Luís Pinhalves Botaro (Diretor Presidente), CPF: ***.***.888-22, RG: **.*.***26-9 /SSP-SP

STAR DO BRASIL LOCALIZAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.

CNPJ: 02.700.447/0001-07 - NIRE 35.2.1778908-0

CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam convocados os Senhores Sócios da **STAR DO BRASIL LOCALIZAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.** ("Sociedade") para se reunirem na Reunião de Sócios da Sociedade a ser realizada, em primeira convocação no dia 7 de maio de 2024, às 10:00h e, se necessário, em segunda convocação em data a ser informada oportunamente, em ambiente virtual, cujo endereço eletrônico será: ARS Star do Brasil <https://meet.google.com/gvy-yjmd-bdm> disponibilizado pela Sociedade, conforme previsto na cláusula 4.2. do Contrato Social, de forma que os Sócios poderão participar e votar, a respeito da seguinte ordem do dia: (i) Destituição e exclusão por justa causa do administrador Sr. José Victor Methódio; e (ii) Consolidação do Contrato Social. Recomendamos que os Senhores Sócios acessem o ambiente virtual com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência para confirmar a viabilidade de seu acesso antes do início da reunião. A Sociedade não será responsável por problemas decorrentes dos equipamentos de informática ou da conexão à rede mundial de computadores dos sócios, assim como por quaisquer outras situações que não estejam sob o seu controle. São Paulo, 22 de abril de 2024. **STAR AG. Por Eliana Carvalho Fernandes.**

Construtora Industrial e Comercial Said Ltda.

CNPJ nº 55.973.762/0001-66

Edital de convocação para Assembleia Geral Ordinária

Ribeirão Preto, 18 de abril de 2024. **Construtora Industrial e Comercial Said Ltda.**, Com fundamento no artigo 1.078, I, do Código Civil, o administrador Tuffly Said Junior **Convoca**, nos termos do artigo 1.052, §3º, do Código Civil, os senhores sócios para participarem da Assembleia Geral Ordinária da Sociedade, a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 9h30, em 1ª Convocação e às 10h, em 2ª convocação, no endereço: Rodovia de Ribeirão Preto à Araraquara (SP 255), KM 04, bloco B1, Zona Rural, município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP: 14.001-970, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Prestação de contas dos administradores, com apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2023, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração da Movimentação do Patrimônio Líquido; e **b)** Destinação do Resultado do Exercício. Os sócios poderão participar desta Assembleia pessoalmente ou por meio de seus representantes legais, devidamente constituídos, munidos de instrumento de mandato na data da Assembleia, nos termos da Lei n. 10.406/2002. **Atenciosamente, Tuffly Said Junior - Administrador. (22, 23 e 24/04/2024)**

DTT Treinamento e Consultoria Ltda.

Sociedade Simples Ltda. - CNPJ nº 07.865.954/0001-06

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

São convidados os senhores quotistas da **DTT Treinamento e Consultoria Ltda.**, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na sede social da Companhia, localizada à Av. Chucri Zaidan, 1240, 10º andar, Vila São Francisco, CEP 04711-130, São Paulo, SP, às 13h00, no dia 30 de abril de 2024, a fim de tratarem da seguinte ordem do dia: **(a)** deliberação sobre os balanços mensais do exercício de 2023; **(b)** deliberação sobre o pagamento de pró-labore no exercício de 2023; **(c)** deliberação sobre a distribuição desproporcional dos lucros no exercício de 2023; **(d)** deliberação sobre o balanço anual e as demonstrações financeiras do exercício de 2023. São Paulo, 22 de abril de 2024. **Marcelo Natale Rodriguez - Sócio Administrador.**

Agropecuária Santa Mariana Ltda.

CNPJ Nº 51.717.981/0001-23

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os sócios da Agropecuária Santa Mariana Ltda, a reunirem-se em Assembleia de Sócios, a realizar-se no dia 23/4/2024, às 15:00 horas, no endereço situado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1811, 5º andar, cj. 518, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Aprovação da avaliação dos imóveis urbanos, que se encontram no ativo da empresa e ou das pessoas físicas dos sócios. b) Outros assuntos de interesse geral. c) Posteriormente votada e aprovada esta Ata, será marcada nova Assembleia para tratar da sequência da Cisão Parcial da Sociedade. A matéria a ser discutida encontra-se à disposição dos sócios para análise no Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1811, 5º andar, cj. 518, Jardim Paulistano, São Paulo/SP. A Assembleia instalar-se-á em primeira convocação, com a presença de todos os sócios com direito a voto e em 2ª convocação, 1 (uma) hora após, com qualquer quórum presente na reunião. São Paulo/SP, 12/4/2024. Sylla Burani Junior, Sócio Quotista. (22, 23, 24)

Macerata - Administração e Participação Ltda.

CNPJ/MF - 07.695.203/0001-99

Edital de Convocação

São convocados os senhores e senhoras sócios da **Macerata Administração e Participação Ltda.** inscrita no CNPJ/MF 07.695.203/0001-99 para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária no dia 03 de maio de 2024**, em primeira convocação **13:00 horas**, em segunda convocação às **14:00 horas**, excepcionalmente nas dependências do **Hotel Serra de Juniaí** (Sala Japi), localizado na Avenida Comendador Gumerindo Barraqueiros, nº 80, Jardim Santa Tereza, Município de Jundiá, Estado de São Paulo, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **a)** leitura, exame e votação das contas da Diretoria alusivas aos exercícios de 2022/2023, acompanhadas de Parecer do Conselho Fiscal; **b)** ratificação dos atos praticados pela Diretoria nos referidos exercícios de 2022/2023; **c)** outros assuntos de interesse da sociedade. Consoante disposto no **artigo 1.074 da Lei nº 10.406/2002**, em primeira convocação a Assembleia será instalada com a presença de, no mínimo, **3/4 (três quartos) do capital social**, e, em segunda convocação, com qualquer número. São Paulo (SP), 18 de abril de 2024. **Joaquim Storani Neto** (Diretor Geral), **José Roberto Cazarin** (Diretor Secretário). **(24, 25 e 26)**